

GUILHERME SETOGUTI J. PEREIRA

**IMPUGNAÇÃO DE
DELIBERAÇÕES DE
ASSEMBLEIA DAS S/A**

IDSA
INSTITUTO DE DIREITO SOCIETÁRIO APLICADO

QUARTIER LATIN

IMPUGNAÇÃO DE DELIBERAÇÕES DE ASSEMBLEIA DAS S/A

COLEÇÃO IDSA DE DIREITO SOCIETÁRIO E MERCADO DE CAPITAIS

VOLUME 6

Volume 1

Oferta Pública de Aquisição do Controle de Companhias Abertas
Erik Frederico Oioli

Volume 2

Controle Gerencial
Rodrigo Rocha Monteiro de Castro

Volume 3

A Construção da Cota de Sociedade Empresária Limitada
Marcos Andrey de Sousa

Volume 4

A Teoria Jurídica da Empresa no Direito Brasileiro:
Do Comércio à Atividade Empresária, Empresa e Estabelecimento,
Empresário Individual, EIRELI, Sociedades Empresárias e o Regime
Jurídico do Empresário
Ana Lúcia Alves da Costa Arduin

Volume 5

O Regime de Informação das Companhias Abertas
André Grünspun Pitta

Volume 6

Impugnação de Deliberações de Assembleia das S/A
Guilherme Setoguti Julio Pereira

Editora Quartier Latin do Brasil

Empresa Brasileira, fundada em 20 de novembro de 2001

Rua Santo Amaro, 316 – CEP 01315-000

Vendas: Fone (11) 3101-5780

Email: quartierlatin@quartierlatin.art.br

Site: www.quartierlatin.art.br

GUILHERME SETOGUTI JULIO PEREIRA

*Mestre em Direito pela Faculdade de Direito da USP.
Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.
Membro do Instituto de Direito Societário Aplicado (IDSA).
Advogado em São Paulo.*

IMPUGNAÇÃO DE DELIBERAÇÕES DE ASSEMBLEIA DAS S/A

COLEÇÃO IDSA DE DIREITO SOCIETÁRIO E MERCADO DE CAPITAIS

VOLUME 6

Editora Quartier Latin do Brasil
São Paulo, primavera de 2013
quartierlatin@quartierlatin.art.br
www.quartierlatin.art.br

EDITORA QUARTIER LATIN DO BRASIL

Rua Santo Amaro, 316 – Centro – São Paulo

Contato: quartierlatin@quartierlatin.art.br
www.quartierlatin.art.br

Coordenação editorial: Vinicius Vieira

Diagramação: Eduardo Nallis Villanova

Revisão gramatical: Ronaldo Santos Soares

Capa: Eduardo Nallis Villanova

PEREIRA, Guilherme Setoguti Julio. Impugnação de Deliberações de Assembleia das S/A. São Paulo: Quartier Latin, 2013.

ISBN 85-7674-890-8

1. Direito Societário. 2. Processo Societário. I. Título

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil: Direito Societário
2. Brasil: Processo Societário

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfilmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos do Código Penal), com pena de prisão e multa, busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

SUMÁRIO

Prefácio por Flávio Luiz Yarshell.....	13
Apresentação por Erasmo Valladão Azevedo e Novaes França.....	17
Agradecimentos.....	19

CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS

1. Objeto do trabalho e justificativa do tema	23
2. Plano do estudo	28
3. Observações terminológicas.....	29

CAPÍTULO I NOÇÕES FUNDAMENTAIS SOBRE VÍCIOS DAS DELIBERAÇÕES ASSEMBLEARES

4. Deliberação assemblear: conceito e natureza jurídica.....	33
5. Vícios dos atos jurídicos em geral	51
6. Vícios do conclave, do voto e da deliberação.....	56
7. Invalidades no direito societário brasileiro (LSA, arts. 115, § 4º e 286) ...	59
7.1. Existem deliberações nulas no ordenamento brasileiro?.....	64
7.2. Inexistência, nulidade, anulabilidade e ineficácia das deliberações	72
8. A posição dos administradores perante deliberações inválidas	80
9. Interesse tutelado nas demandas de impugnação: interesse do sócio, dos sócios ou da companhia?	85

CAPÍTULO II TUTELA JURISDICIONAL E DELIBERAÇÕES ASSEMBLEARES INVÁLIDAS

10. Modalidades de tutelas jurisdicionais.....	97
10.1. Critérios classificativos. Considerações críticas sobre a falta de homogeneidade.....	99
10.1.2. Tutelas cognitiva, executiva e cautelar: critério do escopo ou da finalidade	102
10.1.2.1. Tutela cautelar como <i>tertium genus</i> : acerto do critério da finalidade	105
10.1.3. Tutela meramente declaratória, tutela constitutiva e tutela condenatória: estrutura processual	109

10.2. Tutela cognitiva.....	114
10.2.1. Tutela meramente declaratória.....	115
10.2.2. Tutela constitutiva.....	117
10.2.3. Tutela condenatória.....	123
10.2.3.1. Tutela executiva <i>lato sensu</i> e tutela mandamental?	131
10.3. Tutela executiva.....	132
10.4. Tutela cautelar.....	134
11. Momento de eficácia. Relevância da tutela cautelar nos provimentos constitutivos e declaratórios	137
11.1. Crítica da distinção entre efeitos principais e efeitos práticos. Defesa da constituição e declaração provisórias	142
12. Vícios de deliberações assembleares e conteúdo do provimento.....	150

CAPÍTULO III

LIMITES OBJETIVOS DO PROVIMENTO E DA COISA JULGADA

13. O eixo lógico entre objeto litigioso do processo, objeto do provimento e limites objetivos da coisa julgada	171
14. Objeto litigioso do processo.....	172
14.1. Demanda declaratória de nulidade e demanda anulatória: distinção quanto ao objeto litigioso do processo?	179
15. Correlação entre demanda e provimento	180
15.1. Infidelidades objetivas.....	183
15.2. Nulidade relativa ou absoluta?	191
16. Alcance temporal do provimento na desconstituição de deliberações assembleares: ex nunc, ex tunc ou modulação de efeitos?.....	193
16.1. Modulação de efeitos da invalidação: admissibilidade no direito brasileiro.....	198
16.2. Critérios decisoriais.....	211
17. Impugnação de deliberações e atos conexos	216
17.1. A sentença pode determinar a desconstituição de ato cuja invalidação não foi pedida?	217
17.2. A sentença desconstitui ato cuja invalidação não foi expressamente determinada, mas que guarda relação de dependência com a deliberação anulada (efeito expansivo)?	219
17.2.1. Título desconstitutivo e decisões implícitas	221

17.2.2. Efeitos secundários?.....	222
17.2.3. A posição da doutrina acerca das deliberações conexas.....	223
17.2.3.1. Deliberação que afeta o processo formativo da deliberação posterior.....	229
17.2.3.2. Deliberação que afeta o conteúdo da deliberação posterior.....	232
17.2.3.3. Nossa posição sobre o chamado efeito expansivo: admissão de ineficácia derivada e negação de desconstituição como efeito direto do provimento	233
17.2.3.4. Alternativas para que os atos subsequentes sejam desconstituídos pela eficácia direta do provimento (não apenas reputados ineficazes por eficácia reflexa).....	245
18. Efeito inibitório?.....	250
19. Fato superveniente: confirmação, renovação e revogação da deliberação	255
20. Causa de pedir nas demandas declaratórias positivas, negativas e desconstitutivas	257

CAPÍTULO IV LIMITES SUBJETIVOS DO PROVIMENTO E DA COISA JULGADA

21. Correlação entre demanda e provimento e eficácia natural do provimento: efeitos diretos e efeitos reflexos.....	261
22. Incindibilidade da deliberação assemblear e eficácia constitutiva <i>erga omnes</i>	264
22.1. Direito potestativo concorrente: irrelevância do pólo ativo	266
22.2. Legitimação passiva: a importância do conceito de “ato colegial”	267
23. Partes e terceiros: a condição de parte como critério geral para a fixação dos limites subjetivos da coisa julgada.....	268
24. Pluralidade de legitimados para impugnação de ato incindível: a insuficiência do art. 472 do CPC	271
24.1. Ações subjetivamente concorrentes e a teoria de Liebman	275
24.2. Litisconsórcio unitário: necessário ou facultativo?	277
24.3. Substituição processual	282
24.4. Coisa julgada <i>secundum eventum litis</i>	283

24.5. Teorias que defendem a coisa julgada <i>erga omnes</i> em decorrência da natureza da relação jurídica material	285
24.6. Direito comparado: tendência ao alargamento da coisa julgada....	297
25. Direito e processo: a influência do direito material nos limites subjetivos da coisa julgada	298
25.1. Unitariedade da relação jurídica: demandas “individuais de alcance coletivo” e demandas “pseudoindividuais”	301
26. Coisa julgada <i>erga omnes</i> : admissibilidade no direito brasileiro (unitariedade de relações jurídicas plurissubjetivas e impossibilidade de conflitos de julgados)	304
26.1. A proteção aos terceiros: (i) mecanismos de reação, (ii) informação efetiva e (iii) conluio e atos de disposição do processo e do direito material	310
26.1.1. Mecanismos de reação	311
26.1.1.1. Assistência litisconsorcial ou intervenção litisconsorcial voluntária?	312
26.1.2. Informação	316
26.1.3. Conluio e atos de disposição	319
26.1.4. Controle de ingresso em juízo (representatividade adequada)?	322
27. Sucessão, substituição e representação processuais	323
27.1. Cessão de ações por ato <i>inter vivos</i> (alienação do direito litigioso)	324
27.2. Sucessão <i>mortis causa</i>	324
27.3. Incorporação, fusão e cisão da sociedade (LSA, arts. 227/229)	324
27.4. Representação processual: a hipótese do art. 68 da LSA (agente fiduciário e comunhão de debenturistas)	326
CONCLUSÃO	329
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	331